

# Congresso muda projeto do governo e garante investimentos para 1991

por Marta Salomon  
de Brasília

Os investimentos públicos no ano fiscal de 1991 terão como limite mínimo 15% da arrecadação total de impostos da União, descontadas as transferências para os Estados e Municípios.

É o que determina o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que deve agora, ser referendado pelo plenário, conforme a tradição legislativa. O governo tem pouco peso na comissão e o resultado do trabalho dos congressistas mudou radicalmente o projeto que o presidente Fernando Collor de Mello enviara em 12 de abril.

O projeto do Executivo, por exemplo, previa investimento zero no próximo ano fiscal.

Outra mudança: para viabilizar os investimentos os parlamentares determinaram cortes de 10% nas despesas de pessoal e custeio do governo que pretendia manter os gastos em nível igual ao deste ano fiscal. Também foi autorizado o uso de Certificados de Privatização para garantir

o limite mínimo de investimentos públicos — esse limite equivale a 50% a mais do que os investimentos previstos na lei orçamentária deste ano.

A comissão foi generosa com os estados e municípios e retirou do texto da LDO a proibição de rolagem da dívida externa que vence em 1991. “Vamos adiar a discussão para outubro ou setembro, quando votarmos o orçamento”, explicou o relator da comissão, senador José Richa (PSDB-PR). “Não quero ser mais realista que o rei: se o plano econômico não der certo, os estados poderão entrar em colapso no segundo semestre”, avaliou.

Contrário à rolagem da dívida dos estados, municípios e suas estatísticas, o relator disse que “azia uma concessão”. A solução foi negociada. “A matéria é delicada, envolve interesses contraditórios e é preferível adiar”, comentou o presidente da Comissão de orçamento, deputado Cid Carvalho. Para financiar a dívida dos estados, os parlamentares terão que cancelar outras despesas do orçamento, informou o deputado José Serra, também contrário à rolagem.

O maior interessado é o Estado de São Paulo, detentor da maior parcela da dívida de US\$ 2,4 bilhões que vence em 1991. Essa solução não admite veto presidencial.

A garantia de investimentos públicos no ano que vem foi aprovada sem críticas na Comissão de Orçamento. As decisões foram tomadas sem a presença de nenhum representante do Executivo ou parlamentar mais afinado com o governo.

Os 15% da receita tributária reservados para investimentos — descontadas as transferências constitucionais para estados e municípios deverão somar recursos equivalentes a 1,5% do PIB, calculou o deputado José Serra. Ao contrário da proposta do governo, os investimentos públicos deverão crescer 50% em relação ao orçamento deste ano.

O projeto prevê cortes de passagens, diárias, consultorias e locação de mão-de-obra além da redução pela metade nos gastos de publicidade. A comissão amplia também a descentralização das ações do governo para os estados e municípios, autorizando a transferência de recursos patri-

moniais e humanos e de órgãos federais.

A austeridade do Congresso foi posta de lado quando estava em discussão a garantia de recursos orçamentários para os órgãos de previdência privada e as chamadas “subvenções sociais” — dotações distribuídas anualmente pelos próprios parlamentares a entidades cadastradas.

A Comissão de Orçamento manteve a participação do governo nos fundos de previdência privada, que atingiu Cr\$ 327 milhões no Instituto de Previdência dos Congressistas neste ano.

Os deputados e senadores também decidiram permitir o endividamento das estatais acima dos limites propostos pelo governo. Além da média de empréstimos de 1985 a 1989, as estatais poderão captar mais 10% para investir nos setores de transportes, energia e telecomunicações. Investimentos públicos “prioritários” também poderão contar com recursos dos Certificados de Privatização — o que não estava previsto no projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias enviado pelo governo ao Congresso.